

PAISAGEM E MEMÓRIA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS¹

CRISTIANE BARTZ DE ÁVILA**
ANGELA MARA BENTO RIBEIRO***
MARIA DE FÁTIMA BENTO RIBEIRO****

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo visualizar parte do território constituído pela região da Serra dos Tapes, especificamente no 7º Distrito, denominado Quilombo. Tal localidade hoje é um distrito de Pelotas-RS, cidade que outrora foi um grande centro charqueador e que, principalmente durante o século XIX, teve grande concentração de escravos, os quais compunham a quase totalidade da mão-de-obra existente na região. No referido distrito, formou-se uma concentração quilombola considerável para a época, e ainda existe na localidade alusão à memória dos primeiros grupos, denominados genericamente de “morenos”, que é marcada principalmente pelo patrimônio natural da região, cuja denominação está em sua maioria vinculada aos feitos dos referidos quilombolas. Podemos citar como exemplos: o Arroio Quilombo, o Morro dos Três Cerros, o Cerro da Vigia etc. Tal estudo e debate são importantes tendo em vista instrumentalizar professores e pesquisadores para o cumprimento da Lei 11645/2008, através de trabalhos que abordem a educação patrimonial.

Palavras-chave: Paisagem. Memória. Educação patrimonial. Lei 11645/2008.

ABSTRACT

This paper discuss about a part of the region of the Serra dos Tapes, specifically in the 7th District called Quilombo. This location is now a

¹ O presente texto foi apresentado em sua primeira versão no VII Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, evento realizado pelo grupo de Pesquisa CNPq/UFS Educação e Contemporaneidade (EDUCON) na Universidade de Sergipe, em setembro de 2013.

** Professora de História da Rede Municipal de Pelotas; mestranda no PPG de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel; pesquisadora do grupo de pesquisa “Culturas, cidades, políticas e fronteiras” da UFPel e bolsista FAPERGS.

*** Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – Câmpus de Jaguarão.

**** Professora da UFPel; vinculada aos cursos de Relações Internacionais e ao Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel; coordenadora do grupo de pesquisa em “Culturas, cidades, políticas e fronteiras” da UFPel.

district of the city of Pelotas, State of Rio Grande do Sul. Pelotas once was a major center of production of jerked meat, and slave labor was almost all the working hands in this industry, especially during the nineteenth century. In that district, there was a great maroon concentration at that time, and still nowadays there are allusions to the memory of the first groups generically called "brown" in this location, which is marked mainly by the natural heritage of the region, whose names are mostly linked to the dues of these maroons. For example: Arroio Quilombo (Maroon's River), Morro dos Três Serros (Three Tops Hill), Cerro da Vigia (Surveillance Hill) etc. This study and discussion are important in order to equip teachers and researchers as to enforcement of Law 11645/2008 through works dealing with heritage education.

Keywords: Landscape. Memory. Heritage education. Law 11645/2008.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Walter Benjamin (1994), filósofo alemão, faz uma importante discussão acerca dos espaços da memória e do esquecimento na perspectiva de uma narrativa na ótica dos vencidos. A praça central da cidade de Pelotas, por exemplo, possibilita uma leitura do esforço de apagamento da memória que remete ao período da escravidão.

Na praça principal do centro da cidade de Pelotas², onde hoje encontramos o imponente Chafariz das Nereidas, outrora se impunha um pelourinho. A fonte d'água, que foi importada juntamente com outras duas, representou uma época de riqueza e opulência da cidade, riqueza gerada pelo ciclo do charque. Conforme Nora, "os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações" (1993, p. 22). O autor atribui importância dos lugares de memória para que a memória coletiva se constitua. Segundo ele, é preciso ter *vontade de memória* e, assim, depreendemos que chegou um determinado período da história de Pelotas em que houve o interesse de que as marcas da violência da escravidão se esvanecessem como uma lembrança longínqua. Assim, destruiu-se uma força que existia na cidade e substituiu-se um pelourinho pelo imponente chafariz. Essa mesma

² Logo após 1830, quando a freguesia foi elevada a vila, foi construído no centro da praça um pelourinho como símbolo da autonomia. O pelourinho existiu até 1873, quando foi substituído pelo chafariz, a Fonte das Nereidas. (<<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/PracaEntorno.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2012).

praça central³ já foi outro exemplo de como a sociedade pelotense costumava mudar o nome de um local importante de acordo com a situação política ou econômica da época. A praça que atualmente tem o nome de Coronel Pedro Osório já teve as seguintes denominações, em ordem cronológica: de Campo, do Teatro, Regeneração, D. Pedro II, novamente Regeneração, Praça da República e Coronel Pedro Osório.

Le Goff (1991, p. 4) explica sobre a manipulação da memória:

los psicólogos y los psicoanalistas han insistido, ya a propósito del recuerdo, ya a propósito del olvido (en particular sobre la guía de los estudios de Ebbinghaus), sobre las manipulaciones, conscientes o inconscientes, ejercitadas sobre la memoria individual por los intereses de la afectividad, de la inhibición, de la censura. Análogamente, la memoria colectiva ha constituido un hito importante en la lucha por el poder conducida por las fuerzas sociales. Apoderarse de la memoria y del olvido es una de las máximas preocupaciones de las clases, de los grupos, de los individuos que han dominado y dominan las sociedades históricas. Los olvidos, los silencios de la historia son reveladores de estos mecanismos de manipulación de la memoria colectiva.

Conforme suas palavras, as classes sociais estão em luta permanente para dominar a memória coletiva, bem como os esquecimentos e silêncios. Assim, o controle sobre os documentos e os monumentos (que constituem importantes lugares de memória) dão força àqueles que querem que determinados fatos sejam lembrados e outros sejam esquecidos. É claro que podemos contar com a memória individual, que pode ser recriada através da história oral, porém esses relatos têm um tempo determinado, que, com a morte, vai sendo fragmentado e se perde.

La memoria colectiva, sin embargo, no es sólo una conquista: es un instrumento y una mira de poder. Las sociedades en las cuales la memoria social es principalmente oral o las que están constituyéndose una memoria colectiva escrita permiten entender mejor esta lucha por el dominio del recuerdo y de la tradición, esta manipulación de la memoria (LE GOFF, 1991, p. 48).

³ Outros locais mudaram de nome durante a história de Pelotas, como o Parque Dom Antônio Zattera, localizado na Avenida Bento Gonçalves, e os nomes das ruas, conforme CASTRO, Euclides Franco de. **Revista Princesa do Sul**, n. 4, p. 16, set. 1947. Acrescentamos que a discussão sobre ter existido um pelourinho na Praça Coronel Pedro Osório foi realizada recentemente em trabalho apresentado na ANPUH/Natal, em julho de 2013.

Ainda são apresentados exemplos de lugares de memória, cuja criação o autor atribui ao interesse dos atores sociais envolvidos e suas experiências:

que se harían partiendo del estudio de los “lugares” de la memoria colectiva: “Lugares topográficos, como los archivos, las bibliotecas y los museos; lugares monumentales, como los cementerios y las arquitecturas; lugares simbólicos, como las conmemoraciones, los peregrinajes, los aniversarios o los emblemas; lugares funcionales, como los manuales, las autobiografías o las asociaciones: estos monumentos tienen su historia”. Pero no deberían olvidarse los verdaderos lugares de la historia, aquellos en donde buscar no la elaboración, la producción, sino a los creadores y a los dominadores de la memoria colectiva: “Estados, ambientes sociales y políticos, comunidades de experiencia histórica o de generaciones lanzadas a construir sus archivos en función de los diversos usos que ellas hacen de la memoria” (op. cit., p. 45-46).

Na cidade, os sujeitos ocupam seus territórios de acordo com o tempo e o espaço, de acordo com o vivido, de acordo com as relações estabelecidas, e ao delimitar tais territórios, estabelece-se o jogo de forças entre as “minorias” e as “maiorias” constituindo-se os lugares de memória ou de não-memória, como aponta Arantes (2000, p. 121):

O deslocamento excita a imaginação, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. Um marco remete a outro, logo em seguida, na cidade onde se viveu por longo tempo. O caminhar permite a recolha de fragmentos de história pessoais e do lugar. Ao interromper o fluxo da exploração do espaço em sua superficialidade, fixando-se num ponto, a memória desencadeia a vertigem da profundidade. Nesse sentido, caminhar pela cidade é decifrar aos poucos, e pelo movimento, um palimpsesto. Reconhecendo e colocando em relação recíproca textos anteriormente escritos a muitas mãos, o transeunte vivifica o resultado de um trabalho social, graças ao qual se mantém, pontilhando o tecido urbano, alguns fragmentos que perduram. Outros marcos, por processo análogo, apagam-se.

Assim, julgamos importante ressaltar que, ao substituir o pelourinho pelo chafariz, provavelmente este ato teve a intencionalidade de apagamento das memórias dolorosas da escravidão. O monumento funciona como um lugar de memória, e

“lugares de memória funcionam principalmente à maneira dos *reminders*, dos indícios de recordação, ao oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita de memória morta” (RICOEUR, 2007, p. 58) e, dependendo da forma como a memória individual relembra os fatos, são estabelecidos significados a esses monumentos, e esses significados podem tornar-se uma espécie de histeria coletiva, se tais lembranças forem mal orientadas. A importância dos lugares, esclarece Ricoeur, é que “os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras” (id., *ibid.*).

Em nossa opinião, o elemento materializado na figura do lugar de memória, seja ele um espaço de paisagem, um monumento, uma edificação, contribui para evocar uma lembrança que depende do ser humano e por isso tanto um quanto o outro se tornam imprescindíveis para que o historiador recolha as pistas para a sua narrativa.⁴ Assim, abordaremos, nas páginas seguintes, alguns locais de memória que podemos utilizar para contar a história do povo negro em Pelotas, uma história de dor, lutas, sacrifícios, resistências e conquistas. Começaremos com espaços naturais, pois são importantes locais de referência utilizados pelo homem e que se perdem no tempo, no espaço e nas diversas culturas de nosso Planeta.

Assim, iniciaremos o estudo dos espaços que poderiam ser uma rica fonte de estudos para as narrativas da história dos afrodescendentes em Pelotas utilizando-nos da toponímia. Simon Schama (1996) diz que a paisagem suscita a memória, é nela que se desenrolam os acontecimentos, é nela que os homens designam atribuições ao lugar como sagrado ou profano, alegre ou triste. O autor coloca como objetivo do livro *Paisagem e memória*:

revelar a riqueza, a antiguidade e a complexidade de nossa tradição paisagística para mostrar o quanto podemos perder. Ao invés de postular o caráter mutuamente exclusivo da cultura e da natureza

⁴ É importante salientar que se analisarmos a abordagem de Ricoeur (2007) pela ótica de que a história oral enfrenta várias questões como a vontade de falar, qual versão o interlocutor dará do fato (lembrança positiva ou negativa de acordo com suas experiências sobre tal), o que ele lembra, quais as influências que sofreu do meio..., e que o testemunho oral não tem uma longa duração, a não ser os resquícios que são passados de geração em geração. Podemos dizer que os lugares atravessam uma temporalidade significativa. (Em nosso caso, a Praça como espaço de socialização permanece, porém o monumento repleto de significados muda, refletindo as ideias da época – o chafariz foi inaugurado em 1873, e, portanto, próximo à Abolição).

ocidentais, quero mostrar a força dos elos que as unem.

Essa força geralmente se esconde sob camadas e camadas de lugar-comum. Assim, concebi Paisagem e Memória como uma escavação feita abaixo de nosso nível de visão convencional com a finalidade de recuperar os veios de mito e memória existentes sob a superfície (SCHAMA, 1996, p. 25).

O autor diz que, além da paisagem como exuberante, turística, nos lugares “há uma longa, rica e significativa história de associações” (id., *ibid.*). Nesse sentido, nos deteremos no espaço que abrange a zona rural (especialmente o distrito Quilombo e Rincão da Cruz), pois acreditamos que nesses espaços a paisagem tem um papel fundamental.

Podemos citar como exemplo a mata e o solo da Serra dos Tapes. Seria possível se abrigar (era mais fácil esconder-se em mata fechada e construir os ranchos de geribá⁵), conseguir alimentos para o sustento (mel, ervas de chá, frutas e raízes comestíveis, animais), bem como extrair a madeira, minérios etc. A terra também representava *status* social, pois o governo só doava terras às famílias fidalgas, principalmente em reconhecimento de serviços militares prestados.

Os rios ou arroios são verdadeiras bênçãos num local de difícil acesso e sem muitas tecnologias. Os rios tornam-se estradas, caminhos que levam ao destino da almejada liberdade. Ao subir o Arroio Pelotas em direção à Serra dos Tapes, os quilombolas encontraram outro arroio que se denominou Quilombo.⁶ A água abundante das nascentes do distrito Quilombo era farta para a pesca e a manutenção do grupo, tanto é que no processo-crime há o relato de que estes plantavam milho e feijão.⁷

Aliado a esses dois elementos, temos o terceiro elemento da paisagem que são as rochas. A região da Serra dos Tapes é permeada por cerros que dão a visibilidade da parte litorânea onde se localizavam as charqueadas e o centro urbano.

É importante salientar que, nessa parte litorânea, as águas eram o elemento de ligação, que transpunha a fronteira entre o Quilombo-liberdade, e as charqueadas e Vila-escravidão. Dessa forma, utilizamo-nos da paisagem tanto urbana com rural para

⁵ Giribá é uma árvore típica da região, cujas folhas eram usadas como telhado.

⁶ Temos a primeira referência do Arroio Quilombo em 1816, praticamente duas décadas antes das notícias sobre Manuel Padeiro, líder quilombola.

⁷ Os donos das terras (datas de matos) na Serra dos Tapes tinham as atividades de plantio, extração de madeira e olarias neste local.

localizar alguns espaços que remetem (mesmo no caso do apagamento/silenciamento) à memória daquela época. Abrimos parênteses para destacar que muitos registros referentes à escravidão foram se perdendo, seja pela ação do tempo, seja pela ação daqueles que desejavam esconder suas marcas. Prova disso é que Ruy Barbosa⁸ manda queimar os documentos relativos à escravidão:

Contribuindo ainda mais para dificultar esta reconstituição está o “sui-generis” decreto de Ruy Barbosa, “ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional” de 14.12.1890. Neste, determina-se a “queima e destruição” dos “papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos Escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários...” (MAESTRI, 1979, p. 59).

O autor refere-se à destruição de “preciosos registros”, que poderiam ser usados como fontes para pesquisa, mas ainda ressalta que “ordem dada não é cumprida”, pois ainda existem vários registros no Arquivo Histórico e outros locais que, não sabemos como e por que, conseguiram preservar esses dados.

Assim, Gutierrez (1999, p. 524), em suas considerações finais sobre o estudo das charqueadas e das olarias pelotenses, aponta:

os projetos modernos para o Novo Mundo germinaram nas antigas concepções renascidas. Em Pelotas, europeus e seus descendentes projetaram, dirigiram e decoraram os edifícios e a área urbana, moldados e erguidos sobretudo pela mão-de-obra cativa dos africanos e afrodescendentes.

Apontaremos alguns espaços que selecionamos durante nossa pesquisa em busca da memória do povo negro, salientando que, apesar de vários estudos encontrados na atualidade,⁹ possibilitados por essa mudança no paradigma das pesquisas sobre Patrimônio Cultural, os historiadores, ao pesquisar assuntos sobre a história de grupos considerados minorias, deparam-se com o problema das fontes (como já mencionamos anteriormente), pois

⁸ Ruy Barbosa foi jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador brasileiro. Foi Ministro da Fazenda logo após a Proclamação da República e coautor da primeira Constituição.

⁹ GUTIERREZ (1993; 1999), MAESTRI (1979; 1984; 1988), MARCISO (1997), MENEGAT (2009), MONTEIRO (2012), PINTO (2011), REIS; GOMES (1996).

durante muito tempo esses grupos foram invisíveis aos olhos dos pesquisadores que davam destaque à história dos Estados-nação. As fontes que os estudiosos pesquisam são principalmente documentos oficiais, que retratam a versão dos senhores da época. Precisamos ter muito cuidado, embasamento teórico e sensibilidade ao lidar com as fontes, e delas extrair essa outra visão da história. Para o tema das “minorias”, trabalhamos basicamente com as Atas da Câmara Municipal de Pelotas, com as correspondências expedidas ou recebidas pelas autoridades e com o processo-crime de Mariano.

Essas fontes foram utilizadas nesta pesquisa, pois nos embasamos no que Ginzburg configurou como indícios ao analisar o processo de Chiara: “apesar do filtro interposto pelos inquisidores, era possível reconstruir uma cultura profundamente diferente da nossa” (GINZBURG, 1989, p. 9).

Assim, detemo-nos mais atentamente ao processo, buscando trabalhar os mecanismos de repressão utilizados pela sociedade escravista da Pelotas do século XIX, bem como as soluções encontradas pelos quilombolas da Serra dos Tapes para se manterem na condição de “livres” do seu cativeiro e a forma como os elementos da paisagem natural eram por eles utilizados.

Salientamos que temas como escravidão, formas de resistência, quilombos, quilombolas e outros que se relacionam com a história, cultura ou memória dos afrodescendentes, além de dar visibilidade a uma etnia que durante muito tempo foi excluída dos processos econômicos e sociais brasileiros que traziam benefícios à sociedade, também atendem uma exigência legal no que se refere ao cumprimento da Lei 11645/2008. A referida lei exige que as escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio ministrem, principalmente nas disciplinas de história brasileira, educação artística e literatura, a história e cultura africana e afro-brasileira e indígena, e acreditamos que, através de trabalhos de educação patrimonial, os educadores podem, numa linguagem adequada a cada faixa etária, fomentar questionamento e discussão sobre o tema.

Conforme Horta (2001, p. 4), a educação patrimonial é “o mais poderoso instrumento, ou veículo, [...] para a ativação e o reforço da Memória Coletiva, através do processo educacional, permanente ou formal”.

Dessa forma, acreditamos que, ao desenvolver pesquisas e conciliá-las com um trabalho de educação patrimonial, poderemos contribuir para que haja um debate em torno do patrimônio local,

principalmente no que se refere às manifestações culturais do patrimônio imaterial quilombola, tais como o conhecimento sobre as ervas de chás, benzeduras, artesanato em palha, e que nossos alunos possam talvez identificar-se como participantes desse processo.

A Constituição de 1988, em seus artigos 215 e 216, dispõe que o Patrimônio Cultural Brasileiro é constituído pela natureza material e imaterial. Temos então, referência à valorização das manifestações culturais das mais diversas etnias, das quais podemos inferir a indígena, a afro-brasileira, a alemã, a italiana, a francesa, enfim, dos mais diversos segmentos que constituem a população brasileira e a população de nossa zona colonial.

Outra questão importante para países em desenvolvimento é a questão da preservação do patrimônio natural, que se torna cobiçado pelos países desenvolvidos em virtude de que, ao preservar os recursos naturais, preservam-se os conhecimentos associados a eles, tais como: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver.

Para essa reflexão, é importante salientar que a preservação do patrimônio natural é questão primordial a ser trabalhada, uma vez que os alunos quilombolas são moradores e estudantes da zona colonial e estão em contato direto com o meio ambiente, porém muitas vezes não têm consciência da importância de sua atuação tanto numa esfera micro quanto macro em relação a ações preservacionistas.

O trabalho de educação patrimonial vem ao encontro dessa necessidade de conscientizar a comunidade escolar da importância do patrimônio cultural como um todo, como símbolo de um processo histórico, social, econômico e político relacionado ao seu presente como um processo dinâmico em que eles devem ter a oportunidade de conhecer, refletir, interagir e modificar sua realidade.

Nesse contexto, citamos Paulo Freire:

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (1996, p.14).

Dessa maneira, o objetivo de trabalhar com paisagem e memória justifica-se pela intenção de demonstrar o processo de

esquecimento e silenciamento enfrentado pelos quilombolas neste processo de negação¹⁰ de sua história. Apesar disso, a memória desse povo ressurgiu através da interpretação da história e da reinvenção de outros lugares de memória.

Os espaços na zona rural

Maestri (1984, p. 132) refere-se ao Arroio Quilombo, na Serra dos Tapes, que, de acordo com esta pesquisa, é um espaço de memória apontado pelos moradores locais.

Nessa região, encontramos um pequeno arroio, afluente na margem esquerda do Pelotas, chamado “Quilombo”; estas paragens devem ter sido, talvez já nos últimos anos do século XVIII, refúgio para um ou outro escravo fugido. Um pequeno quilombo, localizado nas margens desse arroio, deve ter dado a ele seu nome. A tradição oral da região aponta até mesmo o local exato (“A ponte velha” ou a “ponte de madeira”, onde se teria localizado a concentração quilombola. Nesse caso, porém, parece-nos necessário sermos extremamente prudentes. Existe aqui, possivelmente, a confusão entre um fato verídico (a existência do quilombo) e um elemento estranho ao próprio fato (um velho cemitério indígena; um velho acampamento, etc.)¹¹

¹⁰ Em uma reunião na associação dos quilombolas do Alto do Caixão (pequeno quilombo que existe dentro do Distrito Quilombo) expúnhamos a intenção de trabalhar com a cultura afro-brasileira na escola, com o objetivo de cumprir a lei e promover ações que contribuíssem para o sentimento de pertença e identidade do grupo de alunos negros. Foi então que alguns moradores manifestaram o medo de que seus filhos sofressem reações contrárias por parte dos colegas de outras etnias.

¹¹ Atualmente, na referida região, em contatos com a comunidade local e em especial com a comunidade escolar, em relação ao motivo do nome do distrito – Quilombo –, quase sempre a resposta é que antigamente havia um quilombo ou quilombos no local, mas não há referências ao nome de Manuel Padeiro, nem de algo relacionado à sua movimentação no século XIX ou sequer à história ou à dimensão sobre o que falam as fontes. Naquela época, muitos escravos eram identificados por sua profissão ou pela nação africana a que pertenciam, justificando-se assim que o nome do líder do Quilombo mais famoso na Serra dos Tapes seja Manuel Padeiro.



FIGURA 1 – Ponte sobre o Arroio Quilombo
FONTE: Acervo desta pesquisadora

Talvez essa memória do quilombo, que se encontrava na “zona de penumbra”, tenha sobrevivido pela iniciativa isolada de algumas pessoas, principalmente algumas que residem no distrito, porém, num grande conjunto, sua voz não ecoa para toda a comunidade, principalmente para a localidade do Alto do Caixão, um quilombo localizado dentro do distrito denominado Quilombo. Assim, muitos jovens não sabem o porquê do nome de seu distrito e muitas vezes nem conseguem associar esse nome ao seu significado. Dalla Vecchia (1994, p. v) complementa essa ideia:

O sistema escravista brasileiro silenciou a voz do escravo. Os raros registros de suas palavras em processos foram produzidos pelos setores dominantes. Um modo especial de dominação sobre os cativos era mantê-los sem acesso ao saber e à cultura. O escravo não deixou registrados seus relatos porque a maioria não sabia ler nem escrever. A emergência do sistema capitalista no Brasil determinou a extinção do escravismo. Os ex-escravos e seus descendentes, especialmente das zonas rurais, ficaram relegados às mais desvantajosas oportunidades de trabalho. O acesso à terra não foi negado de forma explícita e, sim, na forma estrutural de distribuição da terra já concretizada. Os ex-cativos e seus descendentes foram abandonados ao novo sistema, em alguns aspectos mais brutal que o regime anterior.

Tivemos a oportunidade de fotografar a área do Distrito do Quilombo, e podemos atestar que a região em questão é formada por muitos cerros e morros, e que, no caso dos Três Serros,

podemos dizer que é uma região de difícil acesso.



FIGURA 2 – Ao fundo, os Três Serros
FONTE: Acervo desta pesquisadora

A versão de que os quilombolas aproveitavam a altitude privilegiada da Serra dos Tapes em relação ao centro urbano da vila, já foi incorporada no imaginário de alguns moradores da região na atualidade, pois em reportagem do *Diário Popular* de 26 nov. 2000, o Padre Luiz Armino Cappone, que há quase 30 anos é o responsável pela paróquia da Colônia Maciel, localizada a aproximadamente 35 quilômetros do local onde existiu o quilombo, diz:

Eram três quilombos ao todo: o Quilongongo, o Jesus de Nazaré e o Santa Maria. No primeiro, dizem que chegaram a viver quase 100 famílias”, conta. Localizado em um cerro de 90 hectares, em meio ao que hoje é a localidade de Rincão da Cruz, 8º distrito de Pelotas, o quilombo era, segundo o Padre, um **lugar bem protegido e equipado com túneis e mirantes de pedra construídos pelos próprios escravos**. A posição geográfica privilegiada permitia que os ex-escravos pudessem avistar a aproximação das tropas da intendência a pelo menos 20 quilômetros de distância. O que, numa época em que os soldados andavam principalmente a pé, garantia-lhes tempo mais do que suficiente para esconderem-se ou prepararem a defesa do quilombo. Enquanto que as gigantescas pedras e o terreno acidentado surgiam como barreiras naturais capazes de garantir ainda mais a segurança do lugar e dos fugitivos, que em meio à mata regozijavam a liberdade. A organização do quilombo era, segundo o padre Cappone, muito parecida com a de outros locais semelhantes, baseada principalmente na vida

comunitária, onde tudo pertencia a todos. Os outros dois quilombos estavam localizados num perímetro de 15 quilômetros do Quilongongo. Porém, segundo o padre Cappone, nestes dois locais as populações eram muito reduzidas, se comparadas com o primeiro, ficando em no máximo 30 famílias em cada local. “No Santa Maria os negros podiam vislumbrar a área hoje ocupada por Pelotas, Canguçu e Morro Redondo, enquanto que no outro as formações rochosas garantiram abrigo e seguranças para os fugitivos (DIÁRIO POPULAR, 2000, p. 8).

Sua fala pode ser corroborada pela foto abaixo:



FIGURA 3 – Caverna no alto do Morro do Quilongongo
FONTE: Acervo da E.M.E.F. Nestor Eliseu Crochemore

A imagem retrata a entrada de uma caverna que fica no Rincão da Cruz, existindo hoje o quilombo do Quilongongo ou Algodão, que durante o século XIX fazia parte dos vários locais utilizados pelos fugitivos das charqueadas. Segundo os moradores locais e o Padre Cappone, essa caverna era utilizada pelos quilombolas para montar guarda, e por ser um local mais elevado, possibilitava ver de longe quando as partidas¹² estavam se aproximando, a tempo de empreender a fuga.

¹² Partidas, segundo os documentos, designava os grupos (sob liderança de capitães-do-mato) contratados para “recuperar” os escravos fugitivos.

Seguindo Thomson, sobre a memória e seus conflitos,

no que diz respeito a grupos, as memórias são consideradas individuais, mas ocorrem os maiores conflitos quando as pessoas insistem em que as lembranças dos outros sejam iguais às suas. Reuniões e aniversários são frequentemente fóruns de áspersos debates entre os participantes sobre a memória de um evento, mesmo quando todos o testemunharam. Eles discutem o que se passou e que interpretação dar à experiência, o que costuma ser negociado pelo processo coletivo da rememoração. David Thelen nos lembra que, “como as memórias das pessoas conferem segurança, autoridade, legitimidade e, por fim, identidade ao presente”, não é de surpreender que “os conflitos acerca da posse e da interpretação das memórias sejam profundos, frequentes e áspersos”. Essa observação é particularmente evidente no transcorrer de entrevistas de história oral, quando historiadores como eu se vêem frequentemente diante de histórias de passados pessoais que são meios de dar sentido à exclusão e à perda nas vidas atuais de idosos¹³ (2006, p. 85).

Não queremos dizer com isso que os depoentes de trabalhos sobre escravidão se utilizem das lembranças para se vitimizarem; porém sabemos que “suas vozes eram registradas sistematicamente apenas quando se encontravam na difícil posição de réus da justiça senhorial. São raros os registros que nos permitem entrever múltiplos aspectos da vida dos cativos brasileiros” (MAESTRI, 1994, p. iii) diz que as memórias da escravidão não são contadas senão em processos constantes de conflitos.¹⁴

A ideia de que os negros eram criminosos perdurou no imaginário local, silenciando os seus descendentes a ponto de, até hoje, encontrarmos grupos que não se reconhecem como negros e remanescentes quilombolas.¹⁵ Sobre a memória individual, Thomson

¹³ Em outro trabalho (THOMSON, 2001), o autor faz um estudo de caso sobre as memórias de Anzac e as memórias de Fred Farrow, ex-combatente australiano, em que o mito de Anzac deveria trazer a lembrança de um herói de guerra. Em entrevistas, o autor descobre a realidade por detrás do mito. O autor utiliza o estudo de caso para dar sentido à relação geral entre memória individual e mito coletivo.

¹⁴ Como já mencionamos, nossas principais fontes são o processo-crime de Mariano e as Atas da Câmara.

¹⁵ É o caso da Comunidade de Santa Maria, que não se reconhece como quilombola, mesmo sabendo que, hoje em dia, áreas remanescentes de quilombos têm uma política especial em relação à posse da terra praticada pelo governo, na figura do INCRA. Em conversa informal com o vice-presidente da Associação do Alto do Caixão, ele nos confessou que a mãe dele sabia bastante sobre a escravidão, pois a avó dela fora escrava. Mas que ela não falava muito sobre esse assunto, tabu até bem pouco tempo atrás.

(2001, p. 2) esclarece:

Compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente. “*Composure*” (composição) é o termo apropriadamente ambíguo usado pelo grupo de memória popular para descrever o processo de elaboração da memória. Por um lado, “compomos” (*composse*) ou construímos memórias usando a linguagem e significados públicos da nossa cultura. Por outro lado, compomos memórias que nos ajudem a nos sentirmos relativamente confortáveis com nossas vidas e que nos dêem um sentido de serenidade (*composure*). Reelaboramos ou reprimimos experiências que ainda são dolorosas e “perigosas” porque elas não se ajustam facilmente à nossa identidade atual, ou porque seus traumas e tensões inerentes nunca foram plenamente resolvidos.

Dessa forma, nossa pesquisa esbarra nas dificuldades que as pessoas da região ainda têm em falar sobre esse assunto. Muitos não sabem como se dirigir aos negros da região. Têm medo de ofendê-los se perguntarem sobre sua história, pois é uma história que ainda deixa marcas profundas pela forma com que foram tratados. Uns silenciam, ou “esquecem”; outros se revoltam e alguns lutam. Vejamos imagem que retrata a entrada da residência onde existem os restos de uma senzala.



FIGURA 4 – Entrada da propriedade
FONTE: Acervo desta pesquisadora



FIGURA 5 – Ruínas da senzala
FONTE: Acervo desta pesquisadora

Destacamos, entre parênteses, que esta ruína simboliza uma memória esquecida, entrecortada por vozes que ecoavam sem serem ouvidas pela marcha do progresso da história. Mas essas vozes, inicialmente tímidas, não pararam de ecoar. Cada vez mais fortes, elas foram ganhando seu espaço através de lutas e reivindicações por seu espaço na sociedade. Na conjuntura atual, o papel do historiador é dar voz aos grupos “minoritários” para que eles possam ser ouvidos pelos vários segmentos sociais. Sobre a atitude de Euclides da Cunha em relação ao episódio de Canudos, observa Decca:

Nesta escritura, em sua travessia para o mundo da literatura, ele irá escrever sua grande obra sobre um dos maiores crimes cometidos em nome da nacionalidade, a guerra de Canudos. Assim, diante da impossibilidade de modificar pela sua ação a vontade e os rumos da história nacional, Euclides irá se dedicar à escrita cortante e dilacerante que criará imagens inesquecíveis das ruínas da nossa nacionalidade. Assim, no trabalho da memória, a escrita de *Os Sertões* vai ganhando forma, mas o conteúdo dessa escrita é o esquecimento. É na necessidade de se escrever sobre o acontecimento, de olhar com horror os escombros e as ruínas do passado, como o *Ângelus Novus* de Paul Klee, que a memória euclidiana se faz escritura, expondo a ferida identitária da nação, projetando na história o lugar de uma perda irreparável (2004, p. 166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos a importância de pesquisas relacionadas ao tema patrimônio cultural, uma vez que este abarca as ações humanas ao longo do tempo. Sabemos que a memória é seletiva e as diversas sociedades tendem a valorizar aspectos da cultura do grupo ao qual denominamos “maiorias”¹⁶, ocorrendo, durante muito tempo, os “esquecimentos” e/ou “silêncios”.

Chamamos a atenção, nesta breve reflexão, sobre a importância de elementos da paisagem como importante patrimônio natural do 7º Distrito – Quilombo, pois esses elementos retomam histórias dos quilombolas do século XIX. Temos informações passadas de geração em geração sobre a importância dos elementos naturais para a sobrevivência do grupo, bem como das suas estratégias, demonstrando nas entrelinhas toda a luta e resistência do afrodescendente na cidade de Pelotas, escravista e aristocrática de outrora.

Acreditamos na importância do cumprimento da Lei 11645/2008 através de ações que envolvam educação patrimonial, posto que a “educação patrimonial tem como ponto de partida o patrimônio como fonte de conhecimento, trata de compreender o seu valor para a VIDA” (grifo nosso). Pode ser definida como “Um instrumento de ‘alfabetização cultural’, que possibilita o indivíduo fazer leitura do mundo que o rodeia, e pode ocorrer na escola, bem como em todos os espaços sociais” (HORTA, 2006, p. 6).

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

ARANTES, Antônio Augusto. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas: Ed. da Unicamp; Imprensa Oficial, 2000.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232. Obras escolhidas, v. 1.

CASTRO, Euclides Franco. Os quilombos. **Princesa do Sul**. Pelotas, n. 10, p. 12-14, jun. 1952.

¹⁶ Nesse aspecto, embasamo-nos nos conceitos de Appadurai (2009) sobre “minorias” e “maiorias”, no sentido de que “minorias” são aqueles que não têm poder político e econômico na sociedade e consequentemente têm mais dificuldades ao acesso à tomada de decisões. No caso das “maiorias”, é o processo inverso.

DECCA, Edgar Salvadori de. Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura?. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004. p. 147-171.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36.ed. Ed. Paz e Terra, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. da UFPel; Livraria Mundial, 1993.

_____. **Barro e sangue**: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A educação patrimonial – um processo em andamento. In: **Museu e Educação**: conceitos e métodos. São Paulo: USP; Museu de Arqueologia e Etnologia, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

MAESTRI FILHO, Mario José. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

_____. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Prefácio. In: VECCHIA, Agostinho Mário Dalla. **Vozes do silêncio**: depoimentos de descendentes de escravos do Meridiano Gaúcho. Pelotas: Ed. Universitária, 1994.

_____. Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 291-331.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Pallotti, 2011.

MARCISO, Dilson. Escravidão e resistência: quilombo na Serra dos Tapes. **Cadernos do ISP**. Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Sociologia e Política, n.10, p. 31-51, jun. 1997.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX). Porto Alegre, 2009. Dissertação [Mestrado em História] – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

MONTEIRO, Victor Gomes. **Um inventário do medo**: a Pelotas escravista através das Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850). Pelotas, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em História] – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUCSP, n. 10, p. 7-27, dez. 1993.

PINTO, Natália Garcia. **Entre os laços das senzalas**: o parentesco simbólico entre os escravos em Pelotas (1830-1850). 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 65-91.

VECCHIA, Agostinho Mário Dalla. **Vozes do silêncio**: depoimentos de descendentes de escravos do Meridão Gaúcho. Pelotas: Ed. Universitária, 1994.

JORNAIS

DIÁRIO POPULAR. **Pelotas teve megaquilombo**: Escravos que atuavam nas charqueadas criaram um dos seus maiores refúgios no Estado. 26 nov. 2000, p. 8.

FONTES PRIMÁRIAS

APERGS, Município de Pelotas, **Cartório do Júri Nº 81**, Maço 3A, 141 E7 ,E/141c CX:006.0300.

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Arquivo Histórico DPM-003**, emitida por Anjos nem 03/10/1848.

FUNDOS DA ESCRAVIDÃO. **Cópias das correspondências sobre as fugas e sentença de morte a escravos transgressores datadas de 1834 e 1835 sobre a destruição do quilombo da Serra dos Tapes**. BBP.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. Lei nº 11645. **Ensino da cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino**, de 10 de março de 2008.

WEBSITES:

PRAÇA CORONEL PEDRO OSÓRIO. Disponível em: <<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/PracaEntorno.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória

popular na Austrália. Traduzido por André C. Gattaz e Meire T. M. Soares. **História Oral**, v. 4, p. 85-101, 2001. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=7&path%5B%5D=showToc>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

DIRETRIZES PARA AUTORES

A Momento – Diálogos em Educação aceita para publicação artigos científicos inéditos de professores, pesquisadores e acadêmicos de instituições na área de ciências humanas e educação.

Todos os artigos recebidos serão submetidos aos consultores da revista para a devida apreciação. A equipe editorial não se compromete com a devolução de textos e comunicará aos interessados caso não sejam aceitos. As modificações do texto, quando sugeridas pelos consultores, serão encaminhadas aos autores para consideração e devem ser devolvidas em um período máximo de 15 dias.

Cada texto deve ser antecedido por um resumo em português e em língua estrangeira de até 10 linhas, acrescido de três a quatro palavras-chave escolhidas pelo autor de acordo com o assunto do trabalho proposto. Indica-se a consulta às normas NBR 6022 para a elaboração do artigo e NBR 6028 para a elaboração do resumo. As citações no texto e as notas de rodapé também deverão seguir as normas correntes da ABNT, sendo as referências bibliográficas elencadas após o texto e em ordem alfabética. Para a escolha das palavras-chave, recomendamos o uso do [Thesaurus Brasileiro da Educação](#).

Itens de verificação para submissão

Como parte do processo de submissão, autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão com todos os itens listados a seguir. Serão devolvidas aos autores as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

1. *A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista;*
2. *Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word (de extensão .doc), desde que não ultrapasse os 2MB;*

3. *Todos os endereços de páginas na Internet (URLs) incluídos no texto estão ativos e prontos para clicar;*
4. *Todos os endereços de páginas na Internet (URLs) incluídos no texto estão ativos e prontos para clicar;*
5. *O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12 pontos; emprega itálico em vez de sublinhar (exceto em endereços URL); figuras e tabelas estão inseridas no texto, e não em seu final; o texto tem, no máximo, 25 páginas (incluindo a lista de referências);*
6. *O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores;*
7. *A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo, dessa forma, o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos);*
8. *O resumo está incluído no arquivo para avaliação e inclui de três a quatro palavras-chave;*
9. *O abstract está incluído no arquivo para avaliação e inclui de três a quatro keywords.*

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br